

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PROCESSOS FORMATIVOS EM ÂMBITO MUNICIPAL.

Gercivane Barbosa de oliveira ¹

Denise de Amorim Ramos ²

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar o processo de formação continuada de professores da educação básica na perspectiva da educação inclusiva, a partir das proposições das políticas públicas na educação em âmbito municipal e suas implicações no trabalho pedagógico da escola. A metodologia utilizada neste estudo é de revisão bibliográfica sobre a temática 'políticas públicas de Educação Inclusiva para a formação continuada de professores que atuam na educação básica e seus efeitos no trabalho pedagógicos da escola'. Foram reunidos artigos com critérios específicos no banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) que pudessem abordar a temática supracitada. Os resultados apontam fragilidades no processo de formação continuada de professores na perspectiva inclusiva, especialmente para aqueles que atuam na rede regular de ensino. Constata-se assim, a necessidade de políticas públicas educacionais que apresentem direcionamentos e estratégias mais eficazes para oferta de processos formativos, considerando este um caminho fundamental para a consolidação da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Políticas Públicas Educacionais; Formação Continuada de Professores.

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva vem passando por importantes transformações ao longo dos anos, ganhando destaque a partir da década de 90 quando emergem discussões sobre a preparação dos sistemas de ensino para atender à diversidade de estudantes nas escolas, bem como sua inserção no sistema educacional de ensino regular. Nesse contexto, a Declaração de Salamanca (1994) é um importante marco na consolidação da educação especial e inclusiva, propondo transformações significativas no que se refere à escolarização da pessoa com deficiência,

¹ Especialista em Sociedade, Trabalho Docente e Gestão Democrática pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Pedagogia- Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC). Professora da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação em Araguaína-TO, oliveiragercivane@gmail.com

² Professor orientador: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) na área de Educação e Ciências Sociais. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na área de Fundamentos da Educação. Graduada em Pedagogia pela UFSCar. Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional-TO, denisedeamorim@mail.uft.edu.br.

uma vez que define diretrizes básicas para a formulação de políticas públicas e de sistemas educacionais que visem à inclusão social (BRASIL, 1994).

Esse documento coloca em centralidade a educação especial dentro da estrutura de uma educação para todos, ao reconhecer como princípio fundamental da escola inclusiva o direito de todas as crianças aprenderem juntas a partir de suas necessidades, independente das diferenças ou dificuldades que possam apresentar. A declaração ainda destaca que a formação inicial e continuada dos professores é um elemento primordial na construção de escolas inclusivas, reafirmando assim que a efetivação da inclusão escolar se concretiza também a partir da atuação docente no desenvolvimento de um trabalho pedagógico que atenda às necessidades específicas de todos os alunos (BRASIL, 1994).

Entre outros marcos legais importantes na educação brasileira, está a Lei nº 9.394/96 (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Embora façam referências a garantia de formação continuada de professores para o atendimento ao público da educação especial e inclusiva, essas leis direcionam de forma específica o processo formativo aos professores que trabalham com Atendimento Educacional Especializado (AEE) e parecem colocar em segundo plano ações de formação que contemplem os docentes que atuam no ensino regular.

É preciso salientar que tanto a formação continuada para professores que atuam no ensino regular, quanto para que atuam no AEE, tem papel primordial na oferta de uma educação inclusiva de qualidade e no desenvolvimento de um trabalho pedagógico que respeite a diversidade e singularidade de todos os alunos. Bueno (1999) ao discorrer sobre a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, ressalta que:

Se por um lado a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira algum tipo de especialização para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas. se construirmos uma trajetória de formação de professores que coloque em prática esses princípios, com certeza estaremos contribuindo, dentro do nosso âmbito de ação, para a ampliação efetiva das oportunidades educacionais a toda e qualquer criança, com necessidades educativas especiais ou não. (BUENO, 1999, p. 24).

Assim, os processos formativos direcionados a esses profissionais precisam se desenvolver de forma colaborativa, de maneira que sejam compartilhadas as experiências, as ideias e os recursos utilizados, visando, para além da construção de contextos

educacionais mais inclusivos, o fortalecimento da capacidade dos professores de enfrentar os desafios da inclusão. Mediante essa premissa, em cenário de experiências docentes vivenciadas na rede regular de ensino em Araguaína, (Tocantins, Brasil), emergem questionamentos relativos à temática de políticas públicas na educação bem como sobre a de formação de professores na educação básica. Partindo da observação da oferta de formação continuada na rede municipal e dos desafios apresentados no trabalho educativo relacionado à inclusão em sala de aula, constatou-se a necessidade de maiores discussões e estudo sobre as temáticas em questão.

Por isso, o presente estudo se desenvolve a partir da seguinte pergunta norteadora: como as políticas públicas de educação inclusiva tem contemplado a formação continuada de professores da educação básica e como se efetivam em contextos inclusivos? A luz desse questionamento, a pesquisa objetiva analisar o processo de formação continuada de professores da educação básica na perspectiva da educação inclusiva a partir das proposições das políticas públicas na educação em âmbito municipal e suas implicações no trabalho pedagógico da escola.

Para tal, utilizou-se de uma revisão bibliográfica cuja fonte como compreendeu artigos localizados na base de dados SciELO, no período de 2019 a 2023, publicados em revistas renomadas da área de educação e educação especial. Conduziu-se a coleta de dados, e posteriormente os dados foram tratados a fim de apresentar considerações sobre os acertos e as mazelas das políticas educacionais inclusivas brasileiras relacionadas ao processo de formação continuada de professores na educação básica e seus efeitos nas práticas educacionais.

METODOLOGIA

Com vistas a responder à questão norteadora supracitada, foi realizado uma revisão bibliográfica sistemática que objetivou analisar o processo de formação continuada de professores da educação básica na perspectiva da educação inclusiva a partir das proposições das políticas públicas na educação em âmbito municipal e suas implicações no trabalho pedagógico da escola. Realizou-se, assim, uma busca em artigos sobre o tema no banco de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e em renomadas revistas de educação e educação especial. Os descritores utilizados na pesquisa foram: ‘educação inclusiva’; ‘formação de professores e políticas educacionais’ e ‘formação continuada’.

Os resultados de busca a partir dos descritores, indicaram um total de 26 artigos, onde foram selecionados inicialmente 12 artigos pelos descritores nos títulos e resumos. O processo final se deu pela leitura e análise de conteúdos de cinco artigos que contemplavam os seguintes critérios de seleção: estudos realizados nos últimos cinco anos (2019-2023) e aqueles que analisam e discutem políticas públicas e formação de professores que atuam na educação básica na perspectiva inclusiva. As produções selecionadas encontram-se na Revista Brasileira de Educação Especial, duas produções; Caderno CEDES, uma; Cadernos de pesquisa, uma e DELTA, uma.

Com o propósito de organizar as produções, inicialmente os dados coletados foram inseridos em um quadro, contendo informações importantes dos artigos: ano de publicação, base de dados, revista, título, autores, objetivo da pesquisa, fonte de dados, procedimentos metodológicos e resultados da pesquisa. Após coleta de dados inicial, os artigos foram analisados de forma minuciosa, considerando aspectos metodológicos, discussões e problemáticas relacionadas as políticas públicas educacionais e à formação continuada de professores da educação básica que atuam em sala de aula com crianças de necessidades específicas. Na próxima seção, serão apresentadas as discussões decorrentes dessa análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura minuciosa dos 5 artigos, constatou-se que a formação continuada para professores representa um dos grandes desafios para consolidação da inclusão nos contextos escolares, sobretudo no que refere ao desenvolvimento de políticas públicas com foco na formação de professores que atuam na educação básica. Para demonstrar como isso ocorre, apresenta-se, a partir de agora, uma breve abordagem sobre os conteúdos desses trabalhos, levantando análises e discussões a partir deles. Para começar, a pesquisa de Brostolin e Souza (2023), apresenta como objetivo “analisar a concepção de inclusão dos docentes de Educação Infantil e as implicações para o trabalho pedagógico” (BROSTOLIN; SOUZA, 2023 p.52). As autoras propõem um processo de reflexão sobre a educação inclusiva na Educação Infantil a partir das concepções que os professores têm sobre a inclusão.

Para tanto, utilizam como procedimentos metodológicos abordagem qualitativa, e para coleta de dados, entrevista semiestruturada com oito professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS (BROSTOLIN; SOUZA, 2023). A partir das narrativas

dos educadores entrevistados, as autoras destacam que os professores ainda não compreendem de forma clara o processo de inclusão e argumentam que este fato está associado a falta de informação e formação de professores para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem a aprendizagem de todas as crianças, valorizando e respeitando suas singularidades. Segundo elas, embora haja uma ampliação nas políticas educacionais que asseguram os direitos das crianças com deficiência e incluam a oferta de formação continuada, muitas vezes, dentro dos contextos escolares, o conhecimento e a implementação dessas políticas não ocorrem de maneira satisfatória.

Torna-se, portanto, necessário repensar os desdobramentos de políticas públicas nacionais voltados para educação inclusiva, nas redes municipais de ensino. A partir das discussões realizadas, as autoras ainda apontam que a consolidação de ambientes educacionais inclusivos, requer compreender que o processo de inclusão está ancorado em ações construídas coletivamente, e que envolve aspectos como infraestrutura, condições adequadas de trabalho e formação continuada de professores. Assim, os resultados da pesquisa apontam que

[...] não basta só inserir o aluno na escola, é necessário repensar políticas inclusivas, tornar a escola receptiva às necessidades de todos os alunos, realizar reflexão quanto ao processo de aprendizagem. A sala de aula requer proporcionar diversidade de estratégias pedagógicas, espaços de formação continuada com a comunidade escolar, possibilitando aos alunos com deficiência ambientes educacionais inclusivos (BROSTOLIN; SOUZA, 2023, p. 60).

O trabalho de Hashizume e Alves (2022) aponta como objetivo “refletir sobre as intersecções entre direitos, inclusão escolar e ações afirmativas” (HASHIZUME; ALVES, 2022, p.3). As autoras discorrem sobre as “ações afirmativas” como instrumento de garantia de direitos sociais e equidade para o público-alvo da educação especial. Nessa perspectiva, apontam a relevância dessas ações permearem os contextos da sala de aula e os processos de formação de professores como caminho para colocar o estudante com deficiência no centro do processo de aprendizagem e para o levantamento de debates sobre direitos humano e a inclusão dentro das escolas (HASHIZUME; ALVES, 2022). O trabalho aponta, ainda, reflexões acerca da inclusão relacionadas às questões de Direitos Humanos, tendo em vista que o processo inclusivo perpassa por aspectos educacionais, sociais e de direitos que se manifestam dentro das instituições escolares.

Nessa esteira, Vieira e Omote (2021) em seus estudos, analisam como as variáveis pessoais e sociais dos professores influenciam nas atitudes sociais frente a inclusão e como se constituem como dimensão importante em seu processo formativo. É propósito

do estudo “(...) examinar, particularmente, as atitudes sociais em relação à inclusão e às possíveis estratégias para modificá-las, as quais devem fazer parte do processo de formação docente”. (VIEIRA; OMOTE, 2021, p.745). Os autores exploram como as variáveis sociais, como gênero, idade cronológica, formação profissional, sociodemográficas e relações interpessoais e sociais dos professores, influenciam diretamente nas interações e atitudes em relação aos alunos público-alvo da educação especial e conseqüentemente no processo de construção de uma educação inclusiva.

Assim, argumentam que o processo de formação continuada de professores precisa também considerar as atitudes sociais dos docentes frente a inclusão e devem englobar aspectos formativos mais amplos, para além dos conhecimentos teóricos e técnicos. Os autores apontam, como resultados do estudo, a importância de se considerar as variáveis pessoais e sociais no processo de formação continuada de professores, como parte do processo de consolidação da inclusão escolar e promover estudos coletivos entre os professores da rede regular de ensino e os profissionais da área de educação especial, considerando que um trabalho colaborativo entre as diversas áreas, oportuniza trocas de experiências, aprendizagem de novas maneiras de trabalhar e formulação de estratégias para superação dos desafios na consolidação do processo de inclusivo dentro das escolas.

O artigo de Rigo e Oliveira (2021), apresenta como objetivo “investigar a articulação das estratégias adotadas pelo PNE e seus desdobramentos nos municípios, por meio dos PME, para a efetivação da inclusão escolar” (RIGO; OLIVEIRA, 2021, p.14). Através de análise documental, as autoras apontam discussões relacionadas às políticas públicas para educação inclusiva e formação continuada de professores em contextos municipais. O texto traz a necessidade de maiores investimentos em processos de formação de professores para efetivação de uma educação inclusiva, na formação continuada. No intuito de direcionar as discussões, as autoras utilizam como base a análise das estratégias referentes a Meta 4 do PNE (2014-2024) e seus desdobramentos nos planos municipais de educação do estado do Rio Grande do Sul.

Destacam que, embora a formação de professores seja abordada nos documentos, não está direcionada de maneira ampla para os docentes que atuam na rede regular de ensino, voltando-se mais especificamente aos professores que atuam em Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nessa perspectiva de formação continuada se estabelece um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que se quer promover a inclusão das crianças com deficiências, mantêm-se perspectivas formativas de professores que racionalizam a sua atuação, segregando educação especial e educação geral (RIGO; OLIVEIRA, 2021, p. 13).

Dessa forma, o estudo apresenta, como resultados, as lacunas no PNE (2014-2024) no que se refere a aspectos pedagógico, especialmente, referente a formação continuada de professores, apontando a importância de as ações das políticas públicas locais serem pensadas para além dos limites das políticas públicas nacionais, salientando, a relevância dos estados e municípios ampliarem a oferta de ações de formação de continuada de professores no ensino regular considerando as necessidades, características e problemáticas locais.

A pesquisa de Queiroz e Guerreiro (2019) objetivou

“analisar a política educacional e pedagógica da Educação Especial na rede municipal de ensino público de Manaus, à luz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; conhecer o perfil dos gestores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma determinada Zona Distrital; descrever a estrutura de funcionamento da rede para o atendimento dos alunos da Educação Especial, bem como as ações da Gerência de Educação Especial para a formação continuada de professores” (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019, p.233).

O estudo em questão aponta a importância das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão, contemplarem aspectos que vão além do acesso e permanência da criança com deficiência na escola, pois a consolidação de uma educação inclusiva precisa também considerar ampliação da oferta de vagas, questões estruturais, organização curricular e formação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, ressaltam a necessidade de os processos formativos também serem ofertados aos gestores e demais membros das equipes escolares, pois as ações e decisões que lhes competem estão diretamente relacionados a consolidação da inclusão dentro das escolas. Assim, analisam que as formações precisam ser ofertadas de maneira mais abrangente, aprofundada e estarem integrados ao PPP da escola, pois este consiste em um documento orientador de toda a prática educativa.

Através da análise do processo de gerência das ações de formação continuada ofertada na rede, as autoras evidenciam que, apesar da rede disponibilizar profissionais para realização dos processos formativos, há necessidade de serem aprofundados os processos formativos dos professores que atuam em salas de recursos multifuncionais e que os processos de formação continuada dos professores que atuam no ensino regular precisam considerar uma diversidade de saberes que incluem aspectos pessoais, profissionais, conhecimento pedagógico e saberes oriundos da prática pedagógica (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019).

Assim, os resultados do estudo apontam que as políticas públicas da rede de Manaus são pautadas no desenvolvimento de uma educação na perspectiva inclusiva,

entretanto o município apresenta algumas discordâncias com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), no que se refere a garantia de oferta de AEE, descompassos relacionados ao PPP das escolas e processos de formação continua mais abrangentes.

Os trabalhos analisados apontam que o processo de inclusão educacional envolve diferentes aspectos e a formação continuada dos professores desempenha um papel importante para sua consolidação. Evidencia-se que a atuação docente e as estratégias metodológicas empregadas na prática pedagógica são elementos fundamentais na promoção da aprendizagem e na garantia da equidade para todos os alunos. Além disso, ressalta-se a necessidade dos processos formativos integrarem todos os agentes envolvidos no contexto educativo, cuja atuação está relacionada ao atendimento adequado do aluno com deficiência na escola.

Outro ponto importante evidenciado, refere-se as ações de formação continuada de professores contempladas nas políticas públicas educacionais inclusivas em âmbitos municipais. Os estudos indicam que a efetivação de políticas públicas voltadas para a inclusão escolar está diretamente relacionada à qualidade das formações ofertadas aos professores da rede regular de ensino, salientando a urgência de maiores investimentos em processos formativos mais abrangentes, alinhados as necessidades docentes e a realidade educacional de cada escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo desenvolveu-se a partir da questão norteadora: como as políticas públicas de educação inclusiva tem contemplado a formação continuada de professores da educação básica e como se efetivam em contextos inclusivos? A partir dessa questão, o objetivo da pesquisa foi analisar o processo de formação continuada de professores da educação básica na perspectiva da educação inclusiva a partir das proposições das políticas públicas na educação em âmbito municipal e suas implicações no trabalho pedagógico da escola.

Após a análise dos estudos recentes, foram evidenciados os desafios relacionados à formação continuada de professores no que se refere a educação inclusiva, especialmente na contemplação desses processos formativos em políticas públicas educacionais. As discussões apontam a importância de ampliação da oferta e estratégias relacionadas a formação continuada nas políticas públicas em âmbito nacional e local,

reconhecendo a relevância dos processos formativos na consolidação de uma educação de qualidade que de fato considere as necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

Nota-se, nas discussões levantadas que o processo de consolidação de uma educação inclusiva envolve aspectos mais abrangentes, que vão além da oportunidade de acesso e permanência no aluno na escola. Esses aspectos estão relacionados à infraestrutura, material didático adequado, organização curricular, ações colaborativas, aspectos sociais, capacitações dos profissionais de educação que atuam no ensino regular. Assim, é imprescindível que a formação continuada em serviço seja abordada nas políticas públicas como fator crucial para a efetivação da inclusão dentro das escolas, tendo em vista que os docentes precisam estar preparados para lidar com a diversidade de seus alunos, atendendo suas necessidades e especificidades.

As análises permitiram observar que políticas públicas educacionais importantes como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reconhecem a importância da formação continuada voltada a área de educação especial e inclusiva, entretanto é essencial que essas políticas apontem melhores direcionamentos para o ensino regular e indiquem estratégias que fomentem o desenvolvendo dos processos formativo nas políticas públicas municipais, para que em âmbito local sejam desenvolvidas ações de formação mais eficazes. Vale, ainda, ressaltar a necessidade de maiores discussões e pesquisas relacionadas as ações formativas de professores e demais profissionais da educação dentro da perspectiva inclusiva, especialmente, para aqueles que trabalham na rede regular de ensino, mesmo que não estejam atuando diretamente nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, C. *Fundamentos da educação especial: aspectos históricos, legais e Filosóficos*. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccvil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014 Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, n.5, p.7-25, 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v03n05/v03n05a02.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. A docência na educação infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 43, n. 119, p.52-62, 2023.

HASHIZUME, C. M.; ALVES, M. D. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. *D.E.L.T.A.*, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/8j7NS7XTVMDTyHstDmRTxJs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

QUEIROZ, J. G.; GUERREIRO, E. M. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v.25, n.2, p. 233-248, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/wpcq9mjgqxq6zytwmh4vgrvj/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RIGO, N. M.; OLIVEIRA, M. M. Inclusão escolar: Efeitos do plano nacional de educação nos planos municipais. *Cadernos de Pesquisa*, 51, p. 1- 17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147304>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VIEIRA, C. M.; OMOTE, S. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v.27, p.743-758, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFZmbYyQZGqzTqBhsDL6NBq/>. Acesso em: 15 mar. 2024.